

PORTARIA Nº 02/2008 – 1º/02/2008.

Normas para utilização e segurança dos recursos de informática na área administrativa.

O **Reitor**, no uso de suas atribuições conferidas pelo Regimento da Universidade Positivo, resolve:

**CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES**

Art. 1º Usuário: reitor, vice-reitor, pró-reitores, diretores, coordenadores, professores, estagiários, pesquisadores, membros do corpo técnico-administrativo, prestadores de serviços e qualquer pessoa em atividade na Universidade Positivo.

Art. 2º Recursos de informática: qualquer ambiente com recursos e/ou equipamentos de informática, utilizados pelos usuários referidos no artigo anterior, para atividades administrativas e de apoio.

Art. 3º Departamento de Informática (DI): departamento técnico interno, vinculado à Pró-Reitoria de Administração, responsável pela administração, funcionamento, desenvolvimento, manutenção e serviços inerentes aos recursos e equipamentos de informática (*hardware e software*) de uso acadêmico e administrativo.

Art. 4º Hacker de computador: pessoa que invade o sistema computacional, com ou sem intenção de causar danos.

Art. 5º Cracker: pessoa que pratica uma atitude "*hack*" (invasão, violação), com o objetivo de tirar proveito de algo ou de alguém.

Art. 6º Vírus de computador: programa de computador criado com o objetivo de causar danos, como apagar arquivos, geralmente com capacidade de automultiplicação.

Art. 7º Servidor: sistema computacional que concentra tarefas ou informações e distribui para computadores-clientes dentro de uma rede.

Art. 8º Estação de trabalho: computador ou terminal para uso individual. Se em rede, pode ser denominado também de computador-cliente.

Art. 9º Periférico: equipamento de informática, externo ao computador (CPU), que agrega funções a ele. Exemplo: impressora, caixa de som, *webcam*, etc.

Art. 10. Download: procedimento para "baixar" informações, programas ou documentos, de outro local (Internet, servidor, estação de trabalho, etc.).

Art. 11. Login: procedimento pelo qual o usuário autentica suas credenciais de acesso por meio eletrônico.

Art. 12. MP3: padrão de arquivo de áudio, comprimido e de alta qualidade.

Art. 13. Software Hacker: programa de computador criado com o intuito de abrir canais pelos quais o computador possa ser invadido. Pode estar escondido dentro de *softwares* com outras funções, geralmente de procedência duvidosa.

Art. 14. Shareware: *software* de uso compartilhado, ou seja, programa de computador com todos os direitos reservados, porém com permissão do autor para utilização gratuita por tempo e/ou tipo de uso determinado, normalmente descrita na documentação.

Art. 15. Free: uso livre. Programa de computador com direitos reservados, mas de utilização gratuita, às vezes mediante algumas condições, como, por exemplo, o uso sem fins comerciais. As especificidades e regras para o livre uso são descritas na documentação.

CAPÍTULO II ACESSO FÍSICO E LÓGICO

Art. 16. O acesso físico às salas de servidores e equipamentos de rede é restrito ao **DI** e às pessoas por ele autorizadas.

Art. 17. Para o acesso lógico aos microcomputadores, o usuário necessita de uma conta de acesso individual, a ser fornecida pelo **DI**, mediante solicitação do responsável pelo departamento do usuário, com as justificativas de uso e especificação dos recursos que poderão ser utilizados e acessados.

§ 1º O **DI** poderá negar a solicitação se as justificativas não demonstrarem a necessidade do recurso para o desempenho das atividades do usuário.

Art. 18. A conta de acesso é composta de *login* e senha, cujo sigilo é responsabilidade do usuário. Apenas a senha pode ser alterada pelo usuário, a seu critério, recomendando-se não adotar o próprio *login*, nem datas, nome ou informações pessoais facilmente vinculáveis ao usuário.

Art. 19. O usuário, na sua estação de trabalho, deverá utilizar proteção de tela com senha, cuja proteção será ativada após 15 minutos de inatividade. Caso não queira utilizar proteção de tela, quando for se ausentar da sala por tempo superior a 15 minutos, deverá desconectar a estação de trabalho da rede, desligar o computador ou travar a estação.

CAPÍTULO III SERVIDORES, ESTAÇÕES DE TRABALHO E PERIFÉRICOS

Art. 20. É de responsabilidade dos diretores e gerentes de departamento a solicitação para liberação ou cancelamento do uso das estações de trabalho e acesso aos servidores para seus subordinados, com as devidas justificativas de uso, bem como a especificação dos recursos que poderão ser utilizados e acessados.

§ 1º O **DI** poderá negar a solicitação se as justificativas não demonstrarem a necessidade do recurso para o desempenho das atividades do usuário.

Art. 21. O **DI** pode, quando julgar necessário, em acordo com as gerências envolvidas, limitar o espaço de dados em disco, a fim de evitar sobrecarga que diminua o tempo de disponibilidade dos servidores.

Art. 22. O **DI** não garante a integridade, disponibilidade e privacidade das informações armazenadas nas estações de trabalho. Desta forma, as informações corporativas e úteis devem ser armazenadas nos servidores.

Parágrafo único. Não é permitido armazenar, nos equipamentos da Universidade Positivo, arquivos particulares ou alheios aos interesses da instituição.

Art. 23. O usuário deve manter a configuração original do sistema operacional do computador, preservando a segurança e a padronização dos programas instalados; qualquer alteração pretendida deve ser solicitada ao **DI**.

Parágrafo único. Fica proibido:

- I - o remanejamento ou retirada de equipamentos;
- II - a retirada, troca ou adição de periféricos ou componentes internos.

Art. 24. A permanência, a instalação ou a utilização de qualquer equipamento de informática não-pertencente à Universidade Positivo, nas dependências do câmpus, somente será permitida com a autorização do **DI**, cumpridos os procedimentos administrativos internos.

§ 1º O **DI** poderá negar a autorização caso o equipamento esteja aberto ou sem condições para lacre.

§ 2º Para sair do câmpus, o usuário deve se dirigir ao **DI** para a devida conferência e liberação.

§ 3º A Universidade Positivo não se responsabiliza por danos causados aos equipamentos particulares, durante a utilização nas dependências do câmpus.

Art. 25. Os recursos de informática que estejam à disposição dos usuários têm a finalidade de ajudá-los em suas atividades, não devendo ser utilizados para trabalhos particulares ou alheios aos interesses da Universidade Positivo (impressões, reprografias, cópias/gravações de mídias, *download* de arquivos de máquinas fotográficas digitais e outros periféricos, etc.), e seu manuseio deve ser realizado com cuidado, evitando batidas ou outras ações que possam danificá-los.

Art. 26. O **DI** deve estabelecer os horários de manutenção preventiva de servidores e equipamentos de comunicação de dados, de maneira a maximizar a disponibilidade dos recursos, comunicando com antecedência às gerências envolvidas. As paradas em horário de expediente somente ocorrerão no caso de manutenções corretivas, em que o serviço já esteja parcial ou totalmente comprometido.

CAPÍTULO IV

SERVIÇOS DE INTERNET E COMUNICAÇÃO

Art. 27. É de responsabilidade dos diretores e gerentes de departamento liberar ou bloquear os serviços de Internet para seus subordinados, mediante justificativas e especificação, ao **DI**, dos serviços liberados para acesso.

§ 1º O **DI** poderá negar a solicitação se as justificativas não demonstrarem a necessidade do recurso para o desempenho das atividades do usuário.

Art. 28. Cabe ao **DI** o monitoramento e a auditoria dos serviços de Internet, podendo, a seu critério, informar aos diretores e gerentes sobre os acessos a conteúdos impróprios ou serviços desnecessários.

Art. 29. É proibido o acesso a sites de Internet, transferência de arquivos da Internet e uso de ferramentas, programas ou conteúdos que possam infringir direitos autorais ou outros direitos de propriedade industrial ou intelectual.

Parágrafo único. É vedado o uso dos serviços de correio eletrônico (e-mail), para envio, distribuição, publicação ou divulgação de:

- I - materiais e informações de caráter difamatório, ilícito ou obsceno;
- II - informações de propriedade de pessoas naturais ou jurídicas, em desrespeito a marcas registradas ou material protegido por direitos autorais ou de propriedade industrial ou intelectual;
- III - correntes (*chain letters*);
- IV - mensagens inúteis (*junk mail*);
- V - propagandas com cópias para usuários que não as solicitaram (*spamming*);
- VI - listas de discussão ou fóruns e debates com propósitos comerciais ou pessoais divergentes daqueles propostos pela Universidade Positivo.

Art. 30. É proibido o acesso à Internet por dispositivos de fax modem, em função de que o computador que possui este equipamento e a respectiva rede ficam desprotegidos, possibilitando acessos externos não-autorizados.

Art. 31. É proibido:

- I - utilizar os serviços de Internet sem a autorização da gerência envolvida;
- II - enviar e-mail e/ou transferir arquivos que contenham informações de negócios da Universidade Positivo, de clientes ou de fornecedores, sem uma autorização superior;
- III - enviar e-mail e/ou transferir arquivos que impliquem responsabilidades cíveis, comerciais, criminais ou outras à Universidade Positivo;
- IV - enviar e-mail e/ou transferir arquivos com informações e/ou mensagens inverídicas, duvidosas, constrangedoras, ofensivas ou qualquer aspecto subjetivo capaz de submeter a instituição a reclamações, demandas ou retratações administrativas ou judiciais;
- V - enviar mensagens de cunho pessoal ou que não sejam de interesse da Universidade Positivo;
- VI - enviar deliberadamente mensagens contendo vírus ou anexos que causem prejuízos ao destinatário;
- VII - divulgar deliberadamente o *login* e a senha necessários para os serviços de Internet ou não manter adequadamente o sigilo dessas informações;
- VIII - acessar páginas de cunho pessoal ou que não sejam de interesse da Universidade Positivo;
- IX - utilizar-se de conteúdo que possa infringir direitos autorais ou de propriedade industrial ou intelectual;
- X - transferir arquivos ou *softwares*:
 - a) destinados a atividades comerciais particulares ou propagandas não-oficiais;

- b) contendo material pornográfico, indecente, contra os bons costumes ou qualquer discriminação proibida por lei;
 - c) com fins políticos ou religiosos;
 - d) contendo vírus ou programas que causem prejuízos;
 - e) não-licenciados ou sem autorização de uso;
 - f) *free* ou *shareware* sem o conhecimento e autorização do **DI**.
- XI - utilizar, na estação de trabalho, recursos que usam a Internet para atualizações constantes de banners/propagandas, tais como: comunicadores, proteções de tela, papel de parede e outros;
- XII - utilizar ferramentas disponibilizadas por *hackers* e *crackers*, sem o conhecimento e autorização do **DI**;
- XIII - tentar obter acesso não-autorizado a informações internas e externas, aos conteúdos inadequados já mencionados ou burlar os mecanismos de autenticação e filtragem de conteúdo;
- XIV - tentar causar danos às estações de trabalho e servidores, internos ou externos à Universidade Positivo.

CAPÍTULO V INSTALAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR

Art. 32. É de responsabilidade dos diretores e gerentes de departamento liberar ou bloquear o uso de *softwares* para seus subordinados, mediante justificativas e especificação, ao **DI**, dos *softwares* liberados para acesso.

§ 1º O **DI** poderá negar a solicitação se as justificativas não demonstrarem a necessidade do recurso para o desempenho das atividades do usuário.

Art. 33. É proibida a instalação e/ou cópia de programas (*software*) para qualquer computador da Universidade Positivo, salvo quando feito pelos profissionais do **DI** ou pessoas por ele autorizadas. A caracterização de atividades de pirataria sujeita o usuário à responsabilidade criminal pelas ações praticadas.

Art. 34. É proibido fazer *download* de *softwares* para os equipamentos da Universidade Positivo sejam eles gratuitos ou não, sem a autorização do **DI**.

Art. 35. É proibido fazer *download*, instalação e utilização de *Software Hacker*, MP3 e similares, para qualquer computador da Universidade Positivo.

Art. 36. É proibido instalar e/ou utilizar jogos nos equipamentos da Universidade Positivo, independentemente de serem legais, *free* ou *shareware*, com exceção daqueles que possuam finalidades acadêmicas e sejam instalados pelo **DI** ou por pessoas por ele autorizadas.

Art. 37. É proibida a instalação de *softwares* de propriedade do usuário, para qualquer computador da Universidade Positivo.

Art. 38. O usuário é responsável por manter instalados, no seu computador de trabalho, somente os *softwares* legalmente adquiridos pela Universidade Positivo.

Art. 39. O **DI** pode promover auditorias periódicas no parque de *softwares*, confrontando os *softwares* legalmente adquiridos com os *softwares* instalados.

Art. 40. Os *softwares* legalmente adquiridos somente poderão ser instalados com mídias originais, de propriedade da Universidade Positivo.

Parágrafo único. É responsabilidade do **DI** a guarda e o controle das mídias e documentação dos *softwares* adquiridos, bem como a verificação dos direitos autorais e de propriedade.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41. Os recursos de informática somente poderão ser utilizados para os fins específicos da atividade a que se destinam e apenas pelos usuários definidos no art. 1º.

Art. 42. As ações executadas com ou por intermédio dos recursos de informática disponibilizados e as informações geradas ou obtidas submetem-se à auditoria e monitoramento pelo **DI**, com vistas ao bom funcionamento de todo o sistema, respeitadas as normas desta Portaria.

Art. 43. O direito ao acesso e utilização dos recursos de informática é pessoal, intransferível e deve obedecer às exigências previstas nesta Portaria, considerada a abrangência do uso, as atividades do usuário e os requisitos técnicos previstos pelo **DI**.

Art. 44. A rescisão do contrato de trabalho implica a obrigação de cessação imediata dos recursos de informática pelo usuário.

Art. 45. O usuário deve zelar pelos recursos de informática que utiliza, primando pela disponibilidade destes, tomando alguns cuidados como:

- I - manusear corretamente os equipamentos, observando também as normas específicas para utilização, quando existirem, como no caso de *notebooks* e projetores multimídia;
- II - gerenciar o espaço em disco utilizado pelas informações armazenadas na sua estação de trabalho, em servidores de arquivos e bancos de dados, nas suas caixas de correio eletrônico interno e externo;
- III - eliminar dados antigos e não utilizados e não usar os recursos para o armazenamento de informações alheias ao interesse da instituição;
- IV - buscar a otimização dos recursos, por meio de compactação;
- V - consultar o **DI** para auxílio técnico no cumprimento das normas e objetivos desta Portaria.

Art. 46. A Universidade Positivo não se responsabiliza por danos causados pela utilização de qualquer transação eletrônica ou operação particular realizada em suas dependências, sendo recomendado não se utilizarem cartões eletrônicos, senhas bancárias ou códigos e recursos de uso individual.

Art. 47. O não-cumprimento das normas previstas nesta Portaria submete o usuário às penas disciplinares previstas no Regimento da Universidade Positivo, em normas da entidade mantenedora, na legislação trabalhista ou, no caso de usuário autorizado estranho ao corpo docente, discente ou técnico-administrativo, à responsabilidade civil e penal, nos termos da legislação aplicável.

Art. 48. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pró-Reitor de Administração.

Art. 49. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 1º de fevereiro de 2008.

Prof. Oriovisto Guimarães
Reitor